



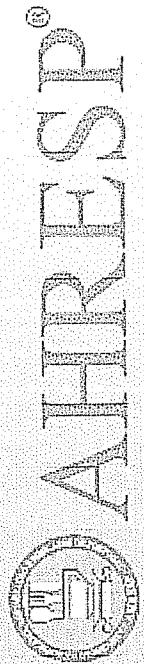
ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

# Propostas de Combate à Informalidade

Novembro.2011

# Propostas do Governo - OE 2012



ASSOCIAÇÃO DA INDUSTRIA, MESTRAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

## MEMORANDO DA TROIKA

**“1.23. Aumentar as receitas de IVA para obter uma receita adicional de, pelo menos, 410 milhões de euros durante um ano fiscal inteiro através de:**

- i. redução de isenções em sede de IVA;
- ii. transferência de categorias de bens e serviços das taxas de IVA reduzida e intermédia para taxas mais elevadas;
- iii. propor alteração à Lei das Finanças Regionais para limitar a redução das taxas em sede de IVA nas regiões autónomas a um máximo de 20% quando comparadas com as taxas aplicáveis no continente.”

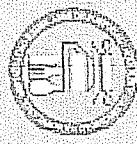
## PROPOSTA ORÇAMENTO ESTADO 2012

Quadro II.1.1. Medidas de Consolidação Orçamental OE 2012 e PAEF

	PAEF	Orcamento do Estado
	10^6 euros	% PIB
Aumento de Receita	1 835	0,9
Impostos sobre a produção	1 085	0,6
Racionalização da estrutura de taxas do IVA	410	0,2
	2 330	1,7
Atualização dos impostos especiais sobre o consumo	250	0,1
Recuperação substancial das isenções da IVA	250	0,1
Reforço do combate à fraude e evasão fiscal	175	0,1
	2 644	1,2

Fonte: Ministério das Finanças.

# Propostas do Governo - OE 2012



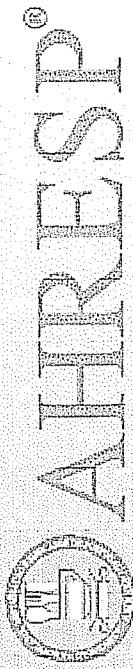
ASSOCIAÇÃO DE HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DO PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

**O aumento de receita de IVA na Proposta de Orçamento de Estado para 2012 (OE2012), previsto no montante de 2,044 mil milhões de euros, é 5 vezes superior ao valor inscrito no ponto 1.23 do Memorando da TROIKA (410 milhões), e a Proposta de Orçamento Estadual para 2012 não contemplou a baixa da Taxa Social Única (TSU)**

- Porquê este aumento para o Setor da Restauração, e não para outros?
- Quais os pressupostos políticos?
- Quais os pressupostos quantitativos?
- Qual o período temporal da alteração da taxa do IVA?
- Qual o valor das reduções de isenções em sede de IVA?
- Qual o valor correspondente à proposta de alteração à Lei das Finanças Regionais?

# Propostas do Governo - OE 2012



ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE RESTAURAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

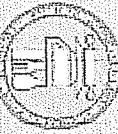
- Aumentar o IVA da Restauração de 13% para 23% **implica, em 2012:**

- Encerramento de milhares de estabelecimentos (cerca de -21.000)
- Extinção de milhares de Postos de Trabalho (cerca de -47.000)
  - ↓

## Problema Social Gravíssimo

- Acentuada quebra nas Receitas das Empresas (cerca de -710 milhões €)
- **Perdas de Receitas para o Estado na ordem dos -700 Milhões €**

Fonte: INE; DGCI | Projeções AHRESP®



## 2. PROPOSTAS AHRESP

- Mantendo o IVA a 13%, é possível recuperar empresas do mercado informal, fazendo com que contribuam para as Receitas Fiscais do Estado, através de mecanismos de combate à concorrência desleal, à economia paralela, à evasão e à fraude fiscal.
- Aumentando o IVA para 23%, a informalidade irá disparar, e qualquer mecanismo de tentativa de combate à evasão e à fraude Fiscal não surtirão qualquer efeito, pois a carga fiscal sobre as empresas passa a ser totalmente incomportável.
- Com os mecanismos apropriados no combate à Informalidade, estima-se que é possível acentuar a recuperação em cerca de 19% do mercado, traduzindo-se assim num aumento da Receita Fiscal para o Estado, sem que para tal se aumente o IVA do Setor para 23%, que iria gerar automaticamente o efeito contrário, e recessivo.
- Com a implementação dos Índices Técnico-Científicos, em que todos pagam, mas com alívio da carga fiscal, grande parte das empresas que iriam encerrar, passam a ter condições para continuar a sobreviver, mantendo a sua atividade e respetivos postos de trabalho.
- Iremos assistir ao encerramento de alguns milhares de empresas, mas a recuperação da informalidade e a manutenção de outras pelos mecanismos a criar, irão concretizar-se num reforço do tecido empresarial formal, traduzindo-se assim num aumento das Receitas Fiscais do Estado, do Emprego, da Sustentabilidade da Economia de Portugal e na Competitividade do nosso Produto Turístico.

## PROPOSTAS AHRES



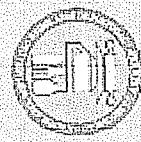
### MANUTENÇÃO DO IVA DA RESTAURAÇÃO A 13%

Receitas Fiscais da Hoteleria e Restauração		2010	2012	Variação
		€	€	
Receita de IRC		50.000.000 €	59.500.000 €	9.500.000 €
Receita de IVA		310.000.000 €	368.900.000 €	58.900.000 €
Receitas do IRS		309.000.000 €	367.710.000 €	58.710.000 €
Trabalho	TSU	1.337.000.000 €	1.591.030.000 €	254.030.000 €
TOTAL		2.006.000.000 €	2.387.140.000 €	381.140.000 €

Fonte: Ministério das Finanças | Projeções AHRES<sup>®</sup>

**Aumento das Receitas Fiscais em 381 Milhões € em 2012, por contraponto dos irrealizáveis 230 Milhões €, previstos pelo Governo no Orçamento de Estado 2012, com o aumento direto do IVA de 13% para 23%.**

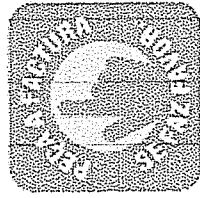
# **PROPOSTAS AHRESP**



ASSOCIAÇÃO DE HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

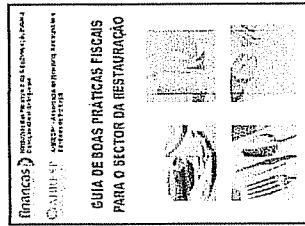
## **Campanha "Peça a Factura"** **2007**



A AHRESP® e o Ministério das Finanças, em 2007, desenvolveram uma acção de sensibilização junto do sector da Restauração e Bebidas, a Campanha “Peça a Factura”, que se mantém presente e actual.

Esta Campanha é uma importante acção de sensibilização para as empresas, e também para os consumidores, e um excelente método de prevenção da evasão e fraude fiscal

## **Guia Boas Práticas Fiscais** **2008**



Em Junho de 2008, resultado de um trabalho desenvolvido entre a AHRESP® e o Ministério das Finanças, foi editado o Guia de Boas Práticas Fiscais para o sector da Restauração e Bebidas.

Face ao alargamento da actividade da AHRESP® para o sector do Alojamento Turístico, bem como pelas diversas alterações fiscais introduzidas até esta data, torna-se necessário proceder a uma actualização deste Guia, estando a AHRESP® desde já à disposição do Ministério das Finanças.



## PROPOSTAS AHRESP

A AHRESP entregou há mais de uma década, aos sucessivos Governos, proposta para a criação dos índices Técnico-Científicos, à semelhança dos modelos em vigor em Espanha e Itália

### Índices Técnico-Científicos

Serão a chave de todo o processo para o efectivo aumento das receitas fiscais do Estado, nas micro e pequenas empresas:

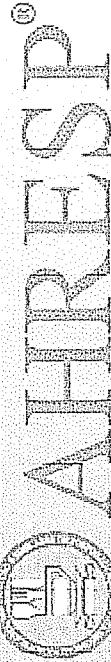
- Diminuem a fraude fiscal;
- Repartem mais adequadamente a carga fiscal, tributando os que nada pagam e desagravando os que pagam demasiado;
- Diminuem os encargos para a Administração fiscal e os Tribunais;
- Acrescem a aceitação por parte dos contribuintes do sistema fiscal;
- Aumentam a receita fiscal.

### Ficha Técnica de Inspecção Tributária

A AHRESP® tem vindo a criar Fichas Técnicas de Fiscalização com organismos que intervêm no funcionamento da actividade das nossas empresas, como a ASAEE e a ACT, de forma a que, quer os empresários, quer as equipas de inspecção, saibam quais os pontos específicos de inspecção.

Neste propósito, a AHRESP® entendendo como essencial a aplicação da mesma metodologia, já formulou esta proposta ao Ministério das Finanças, através da criação da Ficha Técnica de Inspecção Tributária.

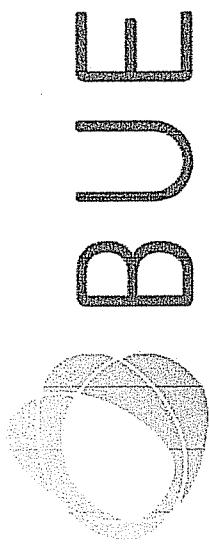
# 4. PROPOSTAS AHRESP



ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS, RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL

Instituição de Utilidade Pública

## No Memorando de Entendimento da TROIKA, o ponto 5.35 identifica como prioritário a criação de Balcões Únicos

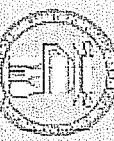


Balcão Único Empresarial®

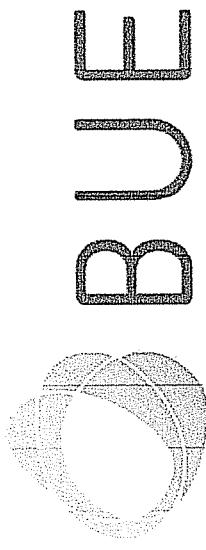
Estes **Balcões Únicos** devem ser “(...) fáceis de utilizar e capazes de dar maior resposta às necessidades das PME, alargando os procedimentos on-line a todos os sectores abrangidos pela Directiva dos Serviços” .

Por sua vez a AHRESP®, tem a funcionar em velocidade de cruzeiro o seu **BUE – Balcão Único Empresarial**, uma ferramenta que dá cumprimento à Directiva de Serviços.

O **BUE**® é o primeiro ponto único de contacto em Portugal, que tem por objectivo apoiar o relacionamento dos empresários da Hotelaria, Restauração e Bebidas com as Entidades Públicas e Privadas, vitais e necessárias ao desenvolvimento das suas actividades.



## 4. PROPOSTAS AHRESP



### O Balcão Único (TROIKA) e o BUE® promovem:

- O Apoio ao Governo no combate à evasão e à fraude fiscal, através de mecanismos de georeferenciação.
- O Registo dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, processo até hoje nunca concretizado e previsto legalmente;
- A plena utilização de sistemas certificados;
- O interface de “report” entre as micro e pequenas empresas e o Estado.
- A Interação na Fiscalização e Controle (Inspeção Tributária, ASAE, Programa Seleção Fiscalidade)